

RELAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS COM A INFLAÇÃO: COMPREENDENDO CENÁRIOS PARA TOMADA DE DECISÃO

RELATIONSHIP BETWEEN THE BASIC INTEREST RATE AND INFLATION: UNDERSTANDING SCENARIOS FOR DECISION-MAKING

¹ROSSITTO, Luiz Otavio Costa; ²VIANA, Thiago William;
³SILVA, Jacqueline C. de Oliveira

^{1a3}Curso de Administração
Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-UNIFIO/FEMM

RESUMO

A política monetária envolve decisões dos governos e instituições como o Banco Central e o Copom, com o objetivo de estabilizar a economia através de indicadores econômicos, evitando o superaquecimento ou a recessão. A taxa básica de juros é um dos principais instrumentos dessa política, influenciando diretamente a inflação e afetando produtores e consumidores. O estudo propõe explorar como a relação entre a taxa de juros e a inflação impacta as decisões econômicas. O objetivo da pesquisa é aprofundar o entendimento sobre essa relação, provendo a racionalidade dos agentes econômicos em como tomar as melhores decisões diante dos reflexos dessas ações no contexto econômico. As amostragens foram coletadas de series históricas divulgadas pelo Banco Central do Brasil e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do auxílio de obras literárias e artigos para compreender o cenário econômico dos períodos mencionados, onde evidenciou que a taxa de juros é o principal indicador para controlar a inflação. Com a SELIC em alta, observou uma queda na inflação e a variação da inflação, por sua vez, reflete em um aumento da taxa de juros.

Palavras-chaves: Economia; Inflação; Taxa de Juros

ABSTRACT

Monetary policy involves decisions made by governments and institutions such as the Central Bank and the Copom, with the goal of stabilizing the economy through economic indicators, preventing overheating or recession. The basic interest rate is one of the main tools of this policy, directly influencing inflation and affecting both producers and consumers. This study aims to explore how the relationship between interest rates and inflation impacts economic decisions. The objective of the research is to deepen the understanding of this relationship, providing rationality for economic agents on how to make the best decisions in light of the effects of these actions within the economic context. Samples were collected from historical series published by the Central Bank of Brazil and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as well as from literary works and articles to understand the economic scenario of the mentioned periods. It was evidenced that the interest rate is the primary indicator for controlling inflation. With the SELIC rate rising, there has been a decrease in inflation, and inflation variations, in turn, reflect an increase in the interest rate.

Keywords: Economy; Inflation; Interest Rate

INTRODUÇÃO

A política monetária é um conjunto de decisões dos governos e instituições a ele ligados (Banco central e Copom), que visa à estabilização da economia por meio de diversos indicadores econômicos. Seus objetivos são evitar um superaquecimento econômico ou recessão. Um dos principais instrumentos da política monetária nacional é a taxa básica de juros, a qual, quando modificada, afeta diretamente e indiretamente todas as áreas da economia, principalmente produtores e consumidores, devido à sua ligação direta com a inflação. (SENADO, 2024).

Neste contexto a problemática que se pretende responder é: como a relação entre a taxa de juros e a inflação impacta as decisões econômicas?

Presumindo que a inflação do país esteja controlada ou até mesmo em uma tendência de recessão, o Copom (Comitê de Política Monetária) diminui a taxa básica de juros. Neste contexto, se observa alterações no cenário econômico nacional, incluindo o acesso ao crédito que se torna mais facilitado. Maior quantidade de crédito disponível, incentiva o consumo, estimulando as empresas a aumentarem a produção de bens e serviços para atender à demanda do mercado, o nível de desemprego também começa a diminuir, aquecendo a economia nacional.

Diante do exposto, esta pesquisa mostra uma grande relevância por sua capacidade de fornecer informações essenciais para a compreensão dos mecanismos que afetam a economia de um país, especialmente, inflação e taxa de juros, pois estas possuem um enorme impacto nas decisões dos agentes econômicos (produtores e consumidores).

Ao entender melhor como a taxa básica de juros influencia a inflação, os indivíduos, incluindo empresários, investidores e consumidores, podem tomar decisões mais assertivas. Além de contribuir para a sustentabilidade econômica das empresas e o bem-estar da sociedade.

O objetivo desta pesquisa é explicar a relação entre a taxa básica de juros e a inflação, explorando os diversos fatores que influenciam essa relação e suas implicações no contexto econômico. Desta forma, os agentes econômicos poderão tomar melhores decisões e mitigar riscos.

METODOLOGIA

A metodologia do presente estudo foi delineada a partir de uma análise inicial abrangente sobre o tema em questão, fundamentando-se em dados históricos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Banco Central do Brasil. Para embasar teoricamente o trabalho, realizou-se pesquisas em fontes já publicadas, incluindo artigos científicos, livros e no meio eletrônico. Esta pesquisa buscou demonstrar a relação entre a taxa básica de juros e a inflação com o objetivo de identificar cenários que possam auxiliar na tomada de decisões mais informadas, bem como explorar os conceitos teóricos e históricos relacionados ao tema do artigo.

A elaboração deste artigo iniciou-se com a introdução, na qual foram apresentados os primeiros indicadores técnicos para compreender o objetivo do estudo. A problemática foi definida e abordada de maneira a ser respondida no decorrer do desenvolvimento do trabalho. Onde foram expostos os conceitos teóricos da política monetária nacional. Em seguida, por ordem cronológica, de 2008 a 2022, foram analisadas séries históricas com o objetivo de explicar a relação entre a taxa de juros e a inflação, em paralelo, buscando compreender o cenário de cada ano mencionado, com os contextos e cenários da época.

Foram então descritos os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do processo de pesquisa e, finalizando, foram realizadas as considerações finais, nas quais se relatou o conteúdo elaborado ao longo da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

POLÍTICA MONETÁRIA

Uma instabilidade na economia (recessão ou inflação) requer medidas do governo a fim de contornar a situação. Neste sentido, o governo pode utilizar de medidas para restabelecer a economia. Essas medidas estão relacionadas a instrumentos de política econômica que, por meio de propostas, o governo, tende a atuar sobre determinadas variáveis. E essas medidas, geralmente, são trabalhadas em conjunto. Dentre elas, se destacam a Política Fiscal (gastos do governo e arrecadações), a Política Cambial (administração das operações cambiais e da taxa de câmbio) e a Política Monetária.

Entende-se por política monetária, o conjunto de decisões tomadas pelos governos e instituições financeiras, a fim de controlar a quantidade de moeda em circulação na economia. Neste sentido, a falta de controle pode levar a uma recessão (falta de moeda em circulação) ou crescimento econômico (maior quantidade de moeda em circulação). Neste sentido, o principal objetivo da política monetária é o de garantir a estabilidade econômica, controlando a inflação e fomentando o crescimento sustentável. Destarte, os instrumentos de política monetária incluem a taxa de desconto, as operações de mercado aberto e o depósito compulsório (Vasconcellos, 2023).

A taxa de redesconto trata-se de uma linha de crédito fornecida pela entidade monetária (Banco Central) às instituições financeiras para suprir possíveis demandas de liquidez durante o dia (AMBIMA, 2023).

Em síntese, é quando as instituições financeiras precisam de liquidez imediata para atender às suas obrigações ou para compensar saídas inesperadas de recursos. Já a operação de mercado aberto ocorre quando o Banco Central efetua a compra ou a venda de títulos públicos federais (Banco Central Do Brasil, 2023).

Na prática, quando o Banco Central adquire os referidos títulos, visa a injeção de dinheiro na economia, ao passo que sua venda busca a retirada do mesmo. No depósito compulsório, uma explicação direta e funcional é que, quando um indivíduo efetua um depósito em uma instituição financeira, uma parcela desse montante é obrigatoriamente retida pelo banco central e permanece depositado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). Portanto, seu propósito é influenciar a oferta monetária na economia e também pode atuar como reservas de emergência disponíveis para as instituições financeiras, sob critério do BACEN, durante períodos de crise, como aquela ocorrida em 2008 (Banco Central Do Brasil, 2018).

Outro elemento marcante para manter a estabilidade econômica é a definição da taxa básica de juros por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A Selic é considerada o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) a fim de controlar a inflação e manter a estabilidade econômica.

Através de mudanças nestas taxas de juros, as autoridades monetárias são capazes de influenciar a disponibilidade de recursos no sistema financeiro, isto é, influenciar as condições de liquidez do sistema, o preço dos ativos e o comportamento de outras variáveis macroeconômicas fundamentais, como a taxa de câmbio ou a taxa de inflação. (Martins, 2022, p. 43-44)

De maneira explícita, quando o governo implementa a política monetária, isso decorre de dados econômicos que demandam correção para evitar movimentos indesejáveis que possam impactar a população do país, tais como desemprego, aumento dos preços em produtos e serviços (inflação), escassez de liquidez no mercado (recessão) e custo elevado do crédito.

Especificando um dos elementos mencionados, quando o desemprego atinge patamares elevados, o governo necessita intervir, também, por meio da política monetária, reduzindo a taxa básica de juros. Isso resulta em uma perceptível mudança no acesso ao crédito, com a redução do custo, estimulando, assim, o consumo. Como

resultado, os consumidores são estimulados a consumirem mais, devido a oferta maior de crédito e em decorrência, a redução da taxa de juros. E essa redução impacta, também, no incentivo ao parcelamento das compras. Com o aumento de consumo, as empresas passam a investir mais, aumentando a produção e, conseqüentemente, geram mais empregos. No entanto, se não houver acompanhamento e controle por parte do governo, essa espiral pode levar à inflação, que de forma resumida, significa a perda do poder de compra dos consumidores.

A partir desse ciclo mencionado, é possível compreender como cada modificação nos dados econômicos promovida pelo governo por meio da política monetária pode influenciar os agentes econômicos: produtores e consumidores.

INFLAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE JUROS

Após revisar os conceitos e instrumentos da política monetária, diversos termos técnicos surgem, tais como taxa de juros, taxa de desconto, acesso ao crédito, etc. Contudo, o enfoque principal desta abordagem recai sobre a inflação. Surge então a indagação: Qual é a definição e o mecanismo de funcionamento desse indicador tão crucial?

A inflação é o descontrole relacionado principalmente ao aumento demasiado dos preços dentro de uma economia. Em um ambiente econômico inflacionário, as variações de preços, que também estão relacionadas à procura e à oferta de produtos, fazem o consumidor perder seu poder de compra. Você vai entender um pouco mais sobre isso, agora. Para começar, a inflação é dividida, basicamente, em três formas:

1. Inflação de demanda: ocorre quando há uma procura por produtos maior do que a quantidade disponível no mercado. Para frear o aumento de inflação de demanda, é necessário criar barreiras para frear o consumo. Esse tópico está relacionado à taxa de juros, como será visto a seguir.
2. Inflação dos custos: ocorre quando o custo para disponibilizar os produtos aos consumidores dispara, portanto, há uma retração na oferta de produtos. Logo, os preços desses produtos sofrem variações positivas, fazendo o consumidor perder poder aquisitivo.
3. Inflação inercial: ocorre quando os preços de uma economia oferecem resistência às políticas de estabilização para atacar as causas primárias da inflação.

A inflação pode ser medida por índices, como o índice geral de preços (IGP) e o índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), que não deixam de ser considerados taxas. (Alves *et al.*, 2017, p. 159)

A partir dos índices apresentados, torna-se fundamental compreender a relação entre inflação e a taxa de juros para assimilar a dinâmica econômica de um país. Os dados estatísticos revelam uma forte ligação dos dois indicadores, pois quando a inflação aumenta, as autoridades monetárias tendem a elevar as taxas de juros para conter a alta de preços. Em consonância com isso, exploraremos os

momentos mais emblemáticos da política monetária nacional, enfatizando períodos de dificuldades econômicas e crises cíclicas. Assim, seguiremos uma abordagem cronológica de 2008 até o ano de 2022 para ilustrar a teoria dessas observações.

Na crise de 2008, observamos um cenário distinto: o mundo estava enfrentando uma crise global que teve origem no sistema imobiliário dos Estados Unidos, especificamente nas hipotecas conhecidas como *subprime*.

A concessão de empréstimos hipotecários aos agentes que não tinham condições de fornecer garantias aos bancos gerou uma forte expansão do mercado imobiliário. Mais adiante, essas hipotecas de alto risco foram reunidas em grande número de títulos financeiros sob os quais não se tinha informações sobre o risco. Sob esses títulos criaram-se ainda outros derivativos, bem classificados pelas agências de rating. Com a reversão das expectativas, sobretudo em 2007, e com a queda brusca no valor dos imóveis nos Estados Unidos foi que transpareceu a real dimensão da estrutura financeira frágil e complexa que se havia criado. A crise que se sucedeu ao estouro da dívida atingiu fortemente o mercado financeiro e, por ele, se espalhou rapidamente, tendo em vista o pânico instalado entre os agentes. (Tupy *et al.*, 2018, p. 608)

No contexto da política monetária durante a crise de 2008 no Brasil, o Banco Central optou por injetar dinheiro na economia, adotando medidas expansionistas para enfrentar a situação. O primeiro passo foi reduzir o percentual dos depósitos compulsórios, o que significou mais recursos disponíveis para os bancos emprestarem. (Meurer, 2008)

Antes dessa crise, a taxa de juros estava em ascensão, de 11,50% a.a. em 19/07/2007, passando a atingir 13,75% a.a., no período de 11/12/2008 a 21/01/2009. (Banco Central Do Brasil, 2024). Após o anúncio da crise, em 22/01/2009, o Banco Central interrompeu essa trajetória de alta e reduziu a taxa de 13,75% para 12,75% a.a., seguindo reduções subsequentes, até atingir 8,75% a.a. em 23/07/2009. Isso resultou em uma diminuição do custo do crédito, tornando-o mais acessível para empresas e indivíduos. Essas medidas de política monetária, inicialmente, contribuíram para o aumento da renda pessoal e a redução do desemprego para 8,1% em 2009. (Junior, 2009)

Em 2010, a participação do crédito no PIB alcançou, no ano, 46% como resultado das decisões de política monetária tomadas no período anterior. (Silva, 2017, p. 22). É importante frisar que o aumento do crédito possibilita aos consumidores a aquisição de bens e serviços, promovendo o aumento do consumo. Isso, por sua vez, estimula a produção e gera uma maior demanda por produtos e serviços, beneficiando as empresas e fazendo com que a economia se aqueça.

Em 21 de julho de 2011, a taxa de juros estava em 12,50% ao ano (Banco Central Do Brasil, 2024). Posteriormente, houve uma tendência de redução dessa taxa, que alcançou 7,25% anual em 7 de março de 2013. No período desse ano até 2014, a participação do crédito no PIB foi de 56% ao ano (Silva, 2017, p. 19), é através do crédito que os agentes antecipam os investimentos e consumos para o presente, o que causa uma variação do crescimento da demanda agregada, consequentemente, da economia (Silva, 2017, p. 19).

Contudo, essa redução das taxas de juros e o maior acesso ao crédito foram impactados pela inflação no final de 2013. Especificamente no mês de dezembro, onde o índice de inflação acelerou para 0,92% ao mês, registrando a maior alta mensal desde abril de 2003, quando atingiu 0,97% (IBGE, 2023a).

Em sequência a esses eventos, destaca-se a crise que ocorreu em nosso país entre os anos subsequentes, de 2014 a 2017, onde teve início uma sequência de choques entre oferta e demanda, em sua maioria ocasionados por erros de políticas públicas, que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado. Isso resultou em uma diminuição drástica do PIB. (Filho, 2017).

Nesse cenário, a variação acumulada do IPCA no ano de 2015, de 10,67%, foi um dos indicadores da crise, pois sofreu aumento em comparação ao período anterior (2014), que registrou 6,41%. (IBGE, 2023).

A inflação acima do desejado em 2015 já indicava uma reação do Banco Central em aumentar a taxa de juros para controlar esse indicador econômico. Assim, a Selic atingiu 14,25% ao ano em 30/07/2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024). Como reflexo do ciclo de aumento de juros no período mencionado anteriormente, a inflação começou a dar indícios de redução já em 2016, para 6,29% no acumulado do ano, e 2,95% em 2017 (IBGE, 2023a). Portanto, entre 20/10/2016 e 07/12/2017, após a estabilização da inflação, ocorreu um ciclo de redução na taxa de juros, até chegar a 7% ao ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024). Esses movimentos, comprovam a relação direta dos indicadores, onde a taxa de juros é elevada nos momentos em que a inflação é crescente e reduzida em momentos de desaceleração inflacionária (Filho, 2017).

Entre 2017 e 2020, ocorreu a mais notável redução da taxa de juros (SELIC) da história de nosso país. Em janeiro de 2017, a taxa de juros era de 13% ao ano e, em 6 de agosto de 2020, ela atingiu o menor patamar desde o início da série histórica,

situando-se em 2% ao ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024). Isso ocorreu devido à economia estar praticamente estagnada (Feijó *et al.*, 2022).

Nesse contexto, o Copom buscou baratear os custos de crédito para os consumidores, bem como incentivar o consumo e a produção no país (RUSSI, 2020). A queda da SELIC também beneficiou significativamente o mercado imobiliário, com a taxa de juros média do financiamento imobiliário no Brasil atingindo o menor patamar da história, resultado de uma considerável redução no valor das parcelas (Benites, 2020). No âmbito dos agentes produtivos, essa queda implica em um incremento no consumo, uma vez que tende a diminuir o endividamento das famílias, tornando-as assim mais propensas a adquirir produtos, o que resulta em ampliadas perspectivas para as empresas realizarem contratações, investimentos e em aumentar a receita com as vendas de produtos e serviços. (UOL, 2023).

Contudo, este ciclo de mínimas na taxa de juros chegou ao fim em março de 2021 (Banco Central do Brasil, 2024) quando o mundo atravessava um período de pandemia, caracterizado por momentos de alta inflação, como ocorrido em dezembro de 2020 com uma taxa de 1,35% ao mês no Brasil (IBGE, 2023a). Nesse sentido, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros (Selic) de 2% em 09/12/2020 para 2,75% a.a. em 17/03/2021 (Banco Central do Brasil, 2024), a fim de controlar a situação e indicando uma tendência de aumento contínuo ao longo de 2021, com o propósito de mitigar os impactos secundários do choque na taxa de inflação (Feijó *et al.*, 2022).

O reflexo dessa tendência de aumento na taxa Selic que estava definida em 2,75% em 17/03/2021 até alcançar 13,75% em 4 de agosto de 2022, (Banco Central do Brasil, 2024) foi observada e gerou um grande impacto na variação anual da inflação de 2022, que registrou 5,79%, apresentando uma queda drástica em relação a 2021, período em que o índice alcançou 10,06% no acumulado do ano (IBGE, 2023a).

Apesar da estabilização nos preços em 2022, observou-se que, até junho de 2020, 716.372 mil empresas encerraram suas atividades durante a primeira onda da pandemia, segundo o IBGE (IPEA, 2023).

Ao apresentar as informações desde a crise de 2008 até o ano de 2022, podemos compreender a importância de que, independentemente das recessões e ciclos monetários, é essencial que os administradores e agentes produtivos (gestores)

sejam capazes de interpretar o cenário e os dados econômicos para tomar as melhores decisões em suas empresas. (Filho, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, é possível identificar que os órgãos executores utilizam a taxa de juros para controlar a inflação, e a inflação pode, por sua vez, afetar a taxa de juros, estabelecendo uma relação direta entre esses dois indicadores. Também é possível observar os reflexos que a taxa de juros proporciona em outros indicadores econômicos além da inflação, como o desemprego e a utilização do crédito.

Uma vez que quando a taxa de juros está baixa, o crédito torna-se mais barato, as famílias ficam menos endividadas e passam a gastar mais, aquecendo a economia e proporcionando aos agentes produtores oportunidades para aumentar sua receita e investir mais. O inverso ocorre quando a taxa de juros está em patamares elevados para conter a inflação, o que resulta em crédito mais caro e menos acessível, uma economia mais propensa à estagnação e um possível aumento do desemprego.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; MATTOS, João G.; AZEVEDO, Iraneide S S. **Engenharia econômica**. Grupo A, 2017, p. 159. E-book. ISBN 9788595020573. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020573/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

AMBIMA. **Redesconto do Banco Central passa a ser operado no Selic**. 2023. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/redesconto-do-banco-central-passa-a-ser-operado-no-selic.htm. Acesso em: 23/05/2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Decomposição da inflação de 2017**. 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Decomposicao_inflacao_2017_estudos_especiais.pdf. Acesso em: 07 maio. 2024.

_____. **BC reduz de 40% para 25% alíquota do compulsório sobre depósitos à vista**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/243/noticia>. Acesso em: 07 maio. 2024.

_____. **Recolhimentos compulsórios**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recolhimentoscompulsorios>. Acesso em: 23/05/2024.

_____. **Saiba como o BC atua no mercado aberto e o que isso tem a ver com a taxa de juros**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/733/noticia>. Acesso em: 23/05/2024

_____. **Taxas de juros básicas – Histórico.** 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 07 maio. 2024.

BENITES, Súzan. Queda da Selic deixa parcelas de imóveis quase 50% menores, aponta especialista. **CORREIO DO ESTADO**, Economia, 2020. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/queda-da-selic-deixa-parcelas-de-imoveis-quase-50-menores-aponta-esp/376000/>. Acesso em: 20/05/2024

CHIARA, Márcia. **1,8 milhão de empresas fecharam em 2015.** 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/1-8-milhao-de-empresas-fecharam-em-2015/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

FEIJÓ, Carmem, et al. **Política monetária no Brasil em tempos de pandemia.** Articles • Brazil. J. Polit. Econ. 42 (1) • Jan-Mar 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/5V8WcFdTxhzJV73ztc3mdBh/>. Acesso em: 07 maio. 2024.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017. Saídas para a crise econômica** • Estud. av. 31 (89) • Jan-Apr 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt#>. Acesso em: 07 maio. 2024

IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.** 2023a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao#plano-real-mes. Acesso em: 07 maio. 2024.

_____. **SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.** 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 07 maio. 2024.

IPEA. **Estudo evidencia o impacto devastador da pandemia para micro e pequenas empresas.** 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13845-estudo-evidencia-o-impacto-devastador-da-pandemia-para-micro-e-pequenas-empresas#:~:text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,expressiva%20de%20estoque%20de%20capital>. Acesso em: 20/05/2024

JUNIOR, Cirilo. **Desemprego no país cai para 8,1% e atinge menor taxa do ano, diz IBGE.** 2009. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2009/07/599048-desemprego-no-pais-cai-para-81-e-atinge-menor-taxa-do-ano-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 07 maio. 2024.

MARTINS, Norberto Montani. **Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016): um ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo.** Artigos

originais • Economia e Sociedade 31 (1) • Jan-Apr 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/qZcQxsGZd7d7kB7vRdHmMYH/abstract/?lang=pt#>.
Acesso em: 03/03/2024

MATHESON, Troy. **O vínculo entre taxas de juros e inflação no Brasil**. FMI, Diálogo a Fondo, 2017. Disponível em
<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2017/091217p.pdf>. Acesso em: 19/05/2024.

MEURER, Roberto. **Política monetária e senhoriagem: depósitos compulsórios na economia brasileira recente**. Economia & Tecnologia - Ano 04, Vol. 15– Outubro/ Dezembro de 2008. Disponível em:
<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/15%20Capa/Roberto%20Meurer.pdf>. Acesso em: 19/05/2024.

OLIVEIRA, Kelly. **BC anuncia redução de compulsório e empréstimo a instituições**. Agência Brasil, 2020. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/bc-anuncia-reducao-de-compulsorio-e-emprestimo-instituicoes>. Acesso em: 07 maio. 2024.

RUSSI, Anna. **Taxa Selic cai para 2% ao ano, a menor da história, com novo corte de 0,25 ponto**. CNN, 2020. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/em-nova-reducao-de-0-25-ponto-taxa-selic-cai-para-2-ao-ano/>. Acesso em: 20/05/2024

SENADO. **Política monetária**. gov.br. 2024. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/politica-monetaria>. Acesso em: 23/05/2024

SILVA, José Alderir. **A política monetária nos governos Lula e Dilma**. p. 10-11, 2017. Disponível em:
<https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6068/4608>. Acesso em: 19/05/2024.

TUPY, Igor Santos, et al. **Resiliência e impactos regionais de crises financeiras: uma análise para os estados brasileiros - 2007/08**. Artigos Originais • Econ. social. 27 (2) • Maio-agosto de 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/LWSmmFw7TKkLBpv9SLnqNzt/?lang=pt> (A crise de 2008 teve origem no sistema imobiliário norte-americano). Acesso em: 07 maio. 2024.

UOL. **Selic: como a queda na taxa de juros pode afetar a sua vida**. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/12/14/selic-como-a-queda-na-taxa-de-juros-pode-afetar-a-sua-vida.htm#:~:text=Com%20juros%20em%20queda%2C%20cai,fica%20mais%20barato%20tomar%20empr%C3%A9stimos>. Acesso em: 24/05/2024

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos de economia**. 2018. Marco Antonio Sandoval Vasconcellos, Manuel Enriquez Garcia. – 7. ed. – São Paulo: SaraivaUni, 2023.